

**Portaria nº 02
16 de fevereiro de 2012**

*Institui a Comissão Técnica para
aperfeiçoamento da Política Municipal de Assistência Integral
as Pessoas com Deficiência.*

O Secretário Municipal de Saúde, **Dr. Valter Negrelli Junior**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, capítulo II, determina que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia da pessoa com deficiência”;

Considerando a Lei n.º 7.853/89, que dispõe sobre o apoio a pessoa com deficiência e a sua integração social, garantindo o acesso aos serviços de saúde, a promoção de ações preventivas, a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação e o atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

Considerando que dentre o conjunto dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), constantes da Lei Orgânica da Saúde, destacam-se o relativo “à preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral”, bem como aqueles que garantem a universalidade de acesso e a integralidade da assistência;

Considerando que no Plano Plurianual e Programação Anual de Saúde de 2012, estão identificadas ações prioritárias com foco na Pessoa com Deficiência e;

Considerando as demandas apresentadas pelo Controle Social nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde.

Resolve:

Artigo 1º - Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, comissão técnica junto ao Departamento de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde com as seguintes atribuições:

- I. Elaborar diagnóstico de situação por distritos e áreas de abrangência de Saúde com a organização e institucionalização dos indicadores e informações existentes;
- II. Elaborar e aperfeiçoar em conjunto com as demais Secretarias e Instituições o Plano Municipal com as metas e ações integradas e intersetoriais voltadas para a Pessoa com Deficiência;
- III. Definir prioridades para o desenvolvimento das ações pelas Secretarias Municipais e Instituições parceiras;
- IV. Propor a capacitação de profissionais de saúde da rede pública para a implementação das ações e das atividades específicas na área de saúde da pessoa com deficiência;
- V. Divulgar informações e fluxos referente o acesso ao SUS sob gestão municipal em especial à medicamentos, órteses e próteses necessários à recuperação e à reabilitação da pessoa com deficiência;
- VI. Viabilizar ações de reabilitação, com utilização dos recursos comunitários, conforme o modelo preconizado pelas estratégias de saúde da família.
- VII. Propor ações para o fomento das práticas, estilos e hábitos de vida saudáveis por parte da população em geral, visando à prevenção de deficiências;

- VIII. Propor a adoção de práticas, estilos e hábitos de vida saudáveis para a população com deficiência, visando prevenir os agravos de deficiências já instaladas;
- IX. Propor o aperfeiçoamento da rede de atenção à saúde das pessoas com deficiência em conformidade com as diretrizes estabelecidas;
- X. Propor a organização dos sistemas de informação e análise relacionados à situação de saúde e das ações dirigidas da pessoa com deficiência;
- XI. Favorecer a articulação com outros setores existentes no âmbito municipal, visando à promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência e;
- XII. Ampliar as ações de Vigilância para o monitoramento de indicadores, e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Define a composição da comissão técnica para aperfeiçoamento da Política Municipal de Assistência Integral às Pessoas com Deficiência, conforme abaixo exposto os seguintes representantes:

- a) Departamento de Apoio Jurídico;
- b) Departamento de Atenção Básica;
- c) Departamento de Atenção Especializada;
- d) Departamento de Auditoria em Saúde;
- e) Departamento de Planejamento;
- f) Departamento de Projetos e Acompanhamento de Obras da Saúde;
- g) Departamento de Regulação Avaliação e Controle;
- h) Gabinete do Secretário de Saúde;
- i) Gerência de Vigilância Epidemiológica;
- j) Gerência de Vigilância Sanitária;
- k) Ouvidoria

Artigo 3º - Fica estabelecido o prazo de 90 dias para apresentação do Plano Municipal para a pessoa com deficiência com ações em médio prazo.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DR. VALTER NEGRELLI JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde